

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA TURMA 2011

SORAYA PETLA BOESSENKOOL

SISTEMA DE JUSTIÇA PRISIONAL BRASILEIRO: PUNIÇÃO EM DESTAQUE

CURITIBA
2012

SORAYA PETLA BOESSENKOOL

SISTEMA DE JUSTIÇA PRISIONAL BRASILEIRO: PUNIÇÃO EM DESTAQUE

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Sociologia Política.

CURITIBA
2012

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1
CAPÍTULO I	
A POLÍTICA PRISIONAL.....	8
1.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O SURGIMENTO DA PRISÃO	8
1.2 A POLÍTICA PRISIONAL NO CONTEXTO BRASILEIRO	9
CAPÍTULO II	
ANÁLISE DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRO.....	14
2.1 EXPANSÃO DO SISTEMA PRISIONAL.....	14
2.2 POBREZA VERSUS CRIMINALIDADE.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	22

Resumo: Esta pesquisa tem o objetivo de refletir sobre a crescente expansão do sistema prisional e os processos de criminalização diante das desigualdades brasileiras. Sendo assim, este estudo consistiu em analisar as contribuições de autores como Loïc Wacquant e Augusto Thompson. Este trabalho se estrutura em dois capítulos. No primeiro, será apresentado o desenvolvimento do sistema prisional brasileiro, seu histórico e como ele atua no momento atual. O segundo capítulo abordará análises de diferentes autores sobre este tema, verificando que o encarceramento tem funcionado como mecanismo de regulação social e a justiça criminal julgado preferencialmente grupos sociais e não atos criminosos. Desta forma, se propõe uma reflexão sobre o avanço das políticas neoliberais sobre o âmbito da segurança pública. Sob este registro, há uma emergência de um “Estado policial e penal” em detrimento de um “Estado de bem- estar social”.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A proposta desta pesquisa é analisar o sistema de justiça criminal brasileiro verificando sua centralidade no debate público e no fomento de decisões políticas. Pretendemos entender por que o cárcere ainda está em expansão apesar da constatação da ineficácia deste sistema.

Crime, controle social e Segurança Pública.

Para dar início a esta análise é fundamental definir o que entendo por crime, controle social, segurança pública e políticas penais.

Políticas penais são consideradas aqui

um conjunto de normas, meios e procedimentos técnicos adotados pelo Estado para prevenir a criminalidade, conter a delinquência, promover a reparação de um bem atingido pela ofensa criminal, custodiar cidadãos condenados pela Justiça, realizar a segurança da população.¹

A segunda delimitação necessária é pensar em quais fenômenos sociais estão sujeitos a serem caracterizados como crime. Segundo Émile Durkheim (1858-1917), os atos criminosos são determinados segundo os valores e princípios éticos e morais adotados por uma determinada sociedade. A conduta considerada criminosa varia tanto de acordo com o local que o acusado ocupa na estrutura hierárquica do poder, mas principalmente com o que cada cultura considera como uma conduta reprovável.

A criminologia é a ciência que estuda o crime e a criminalidade, buscando compreender as causas do delito no decorrer da história. Ela está dividida em três escolas: a clássica, positivista e técnico-jurídica.

A escola clássica – Europa século XVIII e princípio século XIX – se detém principalmente sobre o delito, não investiga quem é o infrator, pois não considera que ele seja diferente dos outros homens. Para esta escola o crime era fruto da

¹ ADORNO, 1991, p.66

escolha livre e consciente do sujeito no uso de seu livre arbítrio, sendo assim, era fruto do rompimento do pacto social. Teóricos como Cesare Becária (1738-1794) e Francesco Carrara (1805-1888) defendem que as ações deveriam ser criminalizadas para existência da convivência social pacífica, regulada pelo consentimento mútuo. A penalização do delito era um instrumento para defender a sociedade do crime, ou seja, um meio de “defesa social” com finalidade de prevenção e correção que busca a eliminação do perigo social, a repressão do ato ilegal.

A escola positivista – Europa século XIX e século XX – por sua vez, ao invés de analisar o delito em si volta seu olhar para o homem delinquente, que é considerado um indivíduo diferente, um ser com “anomalias”. Um dos teóricos de destaque desta escola é Cesare Lombroso (1835-1909) – vertente Italiana, que reconhece o crime como um fenômeno natural e social. Ele desenvolve a ideia do “criminoso nato”, um indivíduo que carrega determinadas características físicas que determinam seu comportamento criminoso. O sujeito propício ao crime era percebido como um ser incapaz de agir socialmente dentro dos padrões morais aceitos. A pena para esta escola tem a finalidade de curar e reeducar a personalidade sintomática do autor do delito. É desta escola que surge pela primeira vez a ideia de “tratamento penal”.

Uma ramificação da escola positivista na França, defendida por Alexandre Lacassagne (1843-1924) e Gabriel Tarde (1843-1904), atribui o crime ao meio social. Seus representantes diziam: “ninguém é criminoso sem um ambiente favorável”. Para esta escola, o crime era comparado a uma doença, e o meio onde ela se propagava era o meio social e o micróbio era o elemento delitivo. Nesse sentido, o crime era definido como uma ação ou conduta reprovável, sujeita à aplicação de “sanções institucionais”, dito de outra forma, é a reação moral às ações de indivíduos e grupos.

A escola técnico-jurídica – final do século XIX e início do século XX – contesta as ideias apresentadas pela escola positivista. Tem como seu maior precursor Arturo Rocco. A escola defende que o estudo do direito penal deve-se desenvolver na observação estrita do que diz o direito positivo, ou seja, a lei propriamente dita, fazendo seu estudo exegético, dogmático e crítico. Para esta escola o delito tem um peso moral, pois é fruto da escolha livre, e a pena, é uma reação e uma consequência do crime e tem uma função preventiva.

No caso brasileiro houve uma mescla das proposições de todas as escolas da criminologia, pois se observarmos, o Código Penal Brasileiro (1940) e a Lei de Execuções Penais (1984) têm como objetivo para o sistema de justiça criminal a prevenção, a reintegração e a correção do indivíduo delituoso.

O segundo aspecto, o controle social, pode ser definido como a união de recursos materiais e simbólicos dos quais a sociedade dispõe para certificar a obediência das regras e princípios acordados. Esse controle social pode ser realizado de forma informal, através da família, da escola, dos meios de comunicação, ou, através de instituições formais, como as polícias, o sistema judiciário e as instituições prisionais.

Nesse sentido, a linha mais clássica da sociologia, de origem durkheimiana, nos auxilia na compreensão do controle social como um processo de integração, coesão social que parte da concepção de “consciência coletiva”, sendo criminoso todo o ato que ameace o conjunto de crenças e sentimentos comuns à maioria dos membros de uma sociedade, onde os laços de solidariedade, que é a manifestação do altruísmo e da reciprocidade sejam transgredidos.

Os laços de solidariedade se manifestam na ideia de “indivíduo moral”, que é aquele indivíduo que internalizou as regras, normas e leis sociais e que abre mão do seu egoísmo, dos seus interesses naturais, individuais, para o benefício comum.

Entre os conceitos apresentados por Durkheim (2001 [1895]) em sua obra “As regras do método sociológico”, ao definir fatos sociais o autor apresenta o termo **coerção** dando a ideia de coibição, repressão, “um espaço de violência” que atua no processo de socialização favorecendo a internalização das regras sociais.

Para Durkheim, a coerção é vista como uma forma de automanutenção da sociedade mediante o fomento da integração social, e dos meios de controle adotados que permitem a vida em comunidade.

O Estado contribui para a coesão social através de políticas sociais e econômicas na área da saúde, educação, do trabalho, que viabilizem um acesso mais igualitário a bens e serviços, o que gera bem-estar social e, assim, integração social.

Neste trabalho o termo controle social será usado para especificar como na sociedade capitalista este dispositivo é utilizado pelo sistema prisional como mecanismo de repressão e correção pela via de ações policiais de vigilância, fiscalização e punição em substituição do “Estado Econômico e Social”. Como temos

visto no Brasil, um dos países com piores índices de concentração de renda do mundo, onde as conquistas políticas não se estenderam a justiça social, o que definitivamente impede que se concretize a integração social.

Em terceira instância, ao falarmos em segurança pública, deveríamos nos remeter à promoção da convivência social pacífica, à prevenção da violência através de um processo de integração e interação da população. No entanto, o que prevalece são as ideias remanescentes do período militar, de que existe um “inimigo” a ser combatido. Esta crença vem permeada pelo discurso da “lei e da ordem”, com práticas com ações repressivas de neutralização dos infratores. O enfoque é dado à atuação das forças policiais em defesa do Estado no combate ao crime, que por sua vez, está materializado na figura do criminoso.

O fato de na história política brasileira terem ocorrido períodos de governo totalitário, influenciou na organização e funcionamento dos aparatos de segurança pública, as polícias.

O foco da atuação policial para conter a criminalidade violenta, ainda está no emprego desproporcional das forças policiais repressivas, com ações truculentas de abuso de poder. Manteve-se a forma de tratamento cruel e desumano dos períodos ditatoriais, posturas de torturas e castigos ainda ocorrem, porém de forma velada, nos “bastidores” de delegacias de polícia e penitenciárias.

Como resultado, temos a percepção que a conquista da democracia veio acompanhada de contradições. Se de um lado temos conquista civis, políticas e sociais, de outro, temos o crescimento dos instrumentos de controle social repressivos, que realizam através de políticas de prevenção ao crime, do encarceramento em massa, uma punição arbitrária. É neste sentido que podemos dizer que no Brasil e, como veremos, em um número cada vez maior de países, a segurança pública, ao invés de ser um efeito espontâneo do processo de interação social entre os indivíduos, interação esta que proporciona uma ausência de medo tanto em locais públicos como privados, acaba sendo traduzida como processo de *manutenção da ordem*:

O termo [segurança pública] tem sido utilizado de forma estrita e, porque não dizer, redutora, como a *manutenção da ordem* por intermédio da justiça criminal. No caso brasileiro, por intermédio de dois caminhos: 1. o *sistema de justiça criminal*, a saber, a(s) polícia(s), o Judiciário (e no mesmo nível dele o Ministério Público e a Defensoria Pública), e o sistema penitenciário e, 2. As políticas das Secretarias Estaduais de Segurança Pública

(normalmente responsável pelas polícias) e as Secretarias Estaduais da Justiça (que fica a cargo da execução penal) e seus correlatos federais, no Brasil, concentrados no Ministério da Justiça (na Secretaria Nacional de Segurança Pública e no Departamento Penitenciário Nacional). Destacamos a esfera estadual porque a maior parte das atividades de segurança pública ficam concentradas neste nível.²

Mas, quando e como esse processo começou? É o que veremos nas próximas sessões.

A emergência de um senso comum punitivo: a criminalização da pobreza.

Segundo Triviños³, a revisão bibliográfica é essencial para o pesquisador, pois,

[...] lhe ensinará até onde outros investigadores têm chegado em seus esforços, os métodos empregados, as dificuldades que tiveram de enfrentar, o que pode ainda ser investigado etc. Ao mesmo tempo, irá avaliando seus recursos humanos e materiais, as possibilidades de realização de seu trabalho, a utilidade que os resultados alcançados podem emprestar a determinada área do saber e da ação. [...], a revisão permitirá descobrir ligações do assunto que lhe interessa com outros problemas, o que, sem dúvida alguma, ampliará a visão sobre o tópico que se pretende estudar.

Seguindo o conselho de Triviños, serão revisados os pensamentos de Loïc Wacquant para os Estados Unidos e Europa e de Fernando Salla para o caso do Brasil. A relevância do primeiro autor está no fato de que a ideologia do encarceramento desenvolvida nos Estados Unidos, e posteriormente exportada para a Europa, é o modelo seguido pelo Brasil para pensar nosso sistema de justiça criminal. Ao olhar para a análise de Loïc Wacquant sobre o tema, obtêm-se importantes ferramentas de avaliação do discurso que impregna as ações de nosso sistema de justiça criminal.

O Sociólogo francês Loïc Wacquant dedicou pelo menos duas de suas obras para o tema: “As prisões da miséria” (1999) e “Punir os pobres: a nova gestão

² BODÊ, P.; BERLATTO, F. 2011. Segurança Pública - Verbete para o Dicionário Básico de Sociologia. São Paulo: Editora e Distribuidora Global Ltda, (Verbetes de Dicionário – no prelo).

³ TRIVIÑOS, 1992, p.100

da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]" (2003). Segundo o próprio autor no primeiro livro ele traça:

a incubação e a internacionalização de motes ("a prisão funciona"), teorias ("vidraças quebradas") e iniciativas (tais como a ampliação do encarceramento, sentenças mínimas obrigatórias, campos de treinamento correcionais e a adoção do toque de recolher para jovens), compondo este novo "senso comum" punitivo, moldado para controlar as crescentes desigualdades e marginalidade urbanas nas metrópoles⁴

Em Chicago – EUA, estudou os guetos afro-americanos desde os anos 1960 até os nossos dias, em seguida, passou a estudar a Europa e o medo da imigração americana, verificou, através de suas pesquisas, um alto índice de segregação social, aumento da violência e da exploração econômica. A partir dessas constatações, verificou que no século XX houve um aumento do encarceramento, cresceu a punição sobre os "despossuídos" e "estigmatizados", punição essa, utilizada como meio de neutralizar o excedente da classe operária.

É assim que o aumento nos índices da "violência urbana" - que abrange, segundo Elias (1994), o roubo, furto, assalto à mão armada, latrocínio, homicídio doloso e lesões corporais dolosas – ao impactar varias sociedades pelo planeta faz aumentar estratosféricamente a demanda por segurança pública. Mas qual segurança pública estamos implementando?

Violência urbana, medo e segurança pública.

Segundo o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde – edição 2002, ela está entre as principais causas de morte de pessoas na faixa etária de 15 a 44 anos. Segundo a Organização Mundial de Saúde violência pode ser definida como:

o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.⁵

⁴ WACQUANT, 2012, p. 7.

⁵ Relatório Mundial Violência e Saúde, 2002, p.5

No Brasil, o impacto da violência se agrava, pois se trata de um país com histórico de desigualdade no acesso à riqueza, prestígio, poder, status, com uma infeliz ocupação territorial latifundiária. Estes fatores, somados aos inchaços urbanos, a entrada em massa da cocaína desde o início dos anos de 1980, a adoção de políticas econômicas e sociais neoliberais a partir da década de 1990, aumentam a violência vinculada a crimes de homicídio e tráfico de drogas e armas o que intensifica o medo vivido pela população. A insegurança, que passa a atingir as classes médias e altas, faz com que a população exerça pressão para que as autoridades proponham condutas de repressão ao crime.

Esse aumento da violência e da criminalidade tem sido tema de destaque na agenda política das três esferas de governo e, ao redor do mundo, temos visto o aumento de ações repressoras extremamente violentas.

A pesquisa foi estruturada e dividida em dois capítulos.

O primeiro, intitulado “A Política Prisional”, pretende, a partir de alguns acontecimentos históricos, apresentar ao leitor uma visão global sobre a instituição prisional, sobre como vem se estabelecendo a prática da punição em muitos países do ocidente através do encarceramento. Daremos maior relevância ao contexto brasileiro.

O segundo capítulo, intitulado “Análise do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro”, através da visão de diferentes autores, demonstra que o crescimento do número de encarcerados como resposta à sociedade que faz pressão por medidas efetivas de segurança acaba operando como mecanismo de regulação social perverso pelo fato da justiça criminal julgar grupos sociais e não atos criminosos.

Entendemos que a discussão sobre o tema é pertinente porque a busca de maneiras para combater a violência e a criminalidade tem sido destaque na agenda política de todas as esferas de governo.

CAPÍTULO I

A POLÍTICA PRISIONAL

1.1. BREVE HISTÓRICO SOBRE O SURGIMENTO DA PRISÃO⁶

O primeiro capítulo busca fazer um panorama do objeto da pesquisa, a política prisional, seu histórico e momento atual. A prisão como conhecemos hoje é consequência de um longo processo histórico de aplicação da pena que vai dos métodos mais cruéis aos considerados mais “humanos”. A pena passou por quatro períodos históricos: vingança privada, vingança divina, vingança pública e período humanitário (Oliveira, 2003).

O primeiro período foi o da vingança privada ou período sentimental, porque era o sentimento que evocava a justiça. Esta foi a forma mais remota encontrada, ela se manifestava como uma forma instintiva de reação do ofendido, punia-se o mal com mal “lei de talião – olho por olho, dente por dente”.

O segundo período, a vingança divina, impunha que o delito era uma ofensa, antes de tudo à divindade, pois o poder exercido pelos reis e imperadores era concedido pelo divino. As penas eram cruéis, executadas em nome da divindade e pretendiam a purificação do condenado.

O terceiro período, a vingança pública marca a transição do caráter da pena do âmbito privado para o público. O delito passa a ser julgado por tribunais especiais que julgam com liberdade e aplicam sanções rigorosas. São infligidas punições como flagelos, torturas, suplícios aplicados com objetivo de intimidar e dissuadir o restante da população através do terror e do exemplo.

E, por fim, o período humanitário onde o flagelo está voltado para uma moral aceitável, busca do arrependimento pela má ação com fins de reintegração, correção e recuperação do condenado. Neste período os castigos físicos, a tortura e o suplício, de maneira gradativa passaram a ser substituídos por outra forma de punição, a prisão, que é entendida como “a justa medida da dor” e vista como um modo mais humano de punição e para alguns penalistas significou um triunfo sobre

⁶ Parafraseando Odete Maria de Oliveira em *Prisão: um paradoxo social*. 3ª Edição revisada. Editora UFSC, Florianópolis, 2003.

a pena de morte. Nesse período as prisões deixam a função de medida preventiva e tornam-se um tipo de penalidade – a pena privativa de liberdade.

Em que pese tal afirmação é preciso considerar a argumentação de Moraes que nos leva a refletir que mesmo sendo reformulados os objetivos e a “função social” que garante a existência da prisão, ela nunca deixará de ser o que sempre foi - lugar de punição. Em outras palavras:

A prisão nasceu para ser exatamente o que é um espaço de punição e imposição de dor **exclusivamente**, um lugar para onde, certamente, ninguém deseja voltar, mas como foram definitivamente por ele marcados, estão **destinados** a voltar. E se assim não acontece não é por que tenham sido ressocializados – foram sim socializados na **sociedade dos cativos**, aprenderam a ser presos.⁷

Por conseguinte verificamos que na história da aplicação da pena o comportamento desviante, rebelde era “pago” com a violência que atingia o próprio corpo do desobediente. Agora, a violência atua disfarçadamente, com a pretensão de “tratamento”, sobre a personalidade do indivíduo. “Arroga-se o direito de invadir-lhe o próprio eu, de alterar-lhe a personalidade, de executar uma tarefa que viola o mais íntimo de todos os direitos do ser humano: o de ser ele próprio.”⁸

1.2. A POLÍTICA PRISIONAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, a história da punição está diretamente vinculada ao processo de formação do Estado brasileiro marcado pela violência, práticas escravistas e autoritarismo.

No século XIX o Brasil passa pelo período colonial. Seu código para condutas criminais estava submetido à legislação portuguesa, e as formas de punição eram estabelecidas pelo Livro V, das Ordenações Filipinas. Nesse período existiam várias construções prisionais, porém nenhuma com finalidade ressocializadora, mas, como forma de coerção para o cumprimento de outras penas.

⁷ MORAES, 2003, p136

⁸ THOMPSON, 2007, p. 122

Durante muito tempo os colonizadores usaram as prisões como instrumento do poder local para fazer cumprir pagamento pecuniário e as penas eram distribuídas segundo a condição social do transgressor. Nas palavras de Salla:

É ainda peculiar das Ordenanças Filipinas, que por tanto tempo nortearam as ações do corpo político-administrativo colonial, a distribuição das penas segundo a condição social do transgressor. O mesmo crime poderia ser punido, portanto, de formas distintas: se o indivíduo era peão ou escravo poderia ser recolhido à prisão, pagar multa, ou ainda ser açoitado ou condenado à morte. Porém, se fosse um indivíduo de 'maior condição', pagava apenas a multa ou então era degradado para o Brasil ou África, recebendo sempre tratamento distinto.⁹

As prisões faziam parte do poder municipal que tinha como órgão executor do poder político-administrativo e judicial a "Câmara". Nas vilas e cidades melhores os edifícios eram construídos em dois pavimentos, em baixo ficava a prisão e no andar superior a Câmara. O espaço destinado ao encarceramento

Compreendia: enxovias (prisões, celas, salas ou 'casas' nas quais ficavam os indivíduos isoladamente ou em conjunto) de homens, mulheres, de pretos, cujo acesso se fazia por alçapões abertos no piso superior e pelos quais se descia com o auxílio de 'escadas-de-mão', isto é móveis; каза para presos (salas para encarceramento sem uma função ou tipo especial de pessoa); sala-livre, geralmente destinada a gente 'qualificada'; sala-fechada, algo provavelmente similar às celas fortes; aljube, local (cela) onde ficavam detidos os clérigos; segredo ou moxinga era a cela onde ficavam trancafiados os presos por culpa grave e onde eram geralmente aplicadas torturas para obtenção de informações. Este último local não possuía qualquer abertura para o exterior.¹⁰

A partir da descrição acima podemos concluir que as prisões eram locais insalubres, sujos, sem segurança e sem as mínimas condições de humanidade.

No período imperial, com a formulação do Código Criminal em 1830, o Brasil deixa de seguir as Ordenanças Filipinas e passou a ter seu próprio quadro de sanções que teve a pretensão de abolir todas as formas de penas cruéis, menos para os escravos, que na época não eram considerados humanos. Nesse quadro permaneceu a pena de prisão com trabalho e a pena de morte.

Sob o impulso das ideias iluministas, as penas de um modo geral se revestiram de um caráter retributivo, igualitário, abandonando cada vez mais as práticas sanguinárias (esquartejamento, amputações, açoites etc.) de uma justiça arbitrária e despojada muitas vezes de um corpo legal balizador de sua ação. Nesse sentido o encarceramento ganhou destaque, desde o

⁹ SALLA, 1999, p.35

¹⁰ Ibid, p.37-38

início do século XIX, por se constituir em pena que confiscava a liberdade, o 'bem' ao qual todos os indivíduos, elevados a condição de cidadãos, tinham o direito. Enquanto na Europa a pena de prisão passou a ser empregada simultaneamente à ampliação dos direitos do indivíduo como cidadão, esta mesma pena começou a ser utilizada no Brasil quando ainda conservava uma estrutura social cindida pelo escravismo e pelas diferenças e distâncias no acesso do indivíduo à lei.¹¹

No final do século XIX, com a abolição da escravatura e a proclamação da república altera-se o Código Penal e em 1890 passam a ser previstos diversos modelos de prisão: celular, reclusão, prisão com trabalhos forçados, prisão disciplinar, onde cada modalidade de pena era cumprida em um estabelecimento diferente. E, aos poucos, o corpo do condenado deixa de ser o alvo das punições e passa-se a punir o delito e privar o homem de seu bem maior, a liberdade.

Nesse período histórico o discurso jurídico se combina com o discurso médico higienista, passando a estar presente nos diagnósticos sobre as condições de vida nas prisões e surge a ideia de "contágio" onde o crime é visto como doença e a cura seria a correção do criminoso.

No início do século XX o Brasil adotou o Código Penal de 1940 que está vigente até os dias atuais. Uma das principais alterações está na finalidade da prisão que é preparar o recluso ao retorno ao convívio social, criminalizando o ato praticado e não a pessoa que praticou, tratando o comportamento do desviante. Porém, o sistema prisional que já era tratado com descaso pelo poder público sente o impacto dos problemas advindos da superlotação, não-separação entre presos condenados e provisórios e a escassez de recursos financeiros para manutenção dos estabelecimentos.

Com a nova legislação o discurso que legitima a existência da prisão passou a ser aquele voltado à ressocialização, reinserção do indivíduo. No entanto, os testes de personalidade apenas têm mostrado os efeitos negativos do encarceramento sobre a psique do indivíduo. Um desses efeitos é o da "desaculturação" que é o processo pelo qual o indivíduo preso deve se adaptar da vida livre, distanciar-se dos valores e dos modelos de comportamento próprios do mundo externo. O outro efeito é o seu inverso, ou seja, a "prisionalização" ou "aculturação" que se referem à introjeção dos valores característicos da subcultura do cárcere, suas relações de poder, normas e valores, próprios do mundo interno.

¹¹ Ibid, p.46

Na perspectiva de Baratta, a reinserção do indivíduo deveria começar na observação do sistema de valores presentes na sociedade onde se quer reinserir o preso,

a verdadeira reeducação deveria começar pela sociedade, antes que pelo condenado: antes de querer modificar os excluídos, é preciso modificar a sociedade excludente, atingindo, assim, a raiz do mecanismo de exclusão. De outro modo permanecerá, em quem queira julgar realisticamente, a suspeita de que a verdadeira função desta modificação dos excluídos seja a de aperfeiçoar e de tornar pacífica a exclusão, integrando, mais que os excluídos na sociedade, a própria relação de exclusão na ideologia legitimante do estado social.¹²

Em suma, as prisões e penitenciárias no Brasil buscam, ao impor a pena privativa de liberdade, a prevenção da criminalidade e a regeneração do sujeito que cometeu o delito, sua ressocialização que tem sido buscada através da educação formal e do trabalho. No entanto, o que os estudos têm constatado são os efeitos nefastos produzidos pelo regime de isolamento à vida dos indivíduos. Tragicamente, para conseguir sobreviver no cárcere, o preso precisa conhecer e adotar outros códigos, códigos estes que pertencem a um mundo completamente diferente do mundo social exterior. Assim, quanto mais ele se integra no cárcere, mais ele se afasta do mundo social de fora da prisão.

Outro aspecto presente nas discussões sobre o sistema prisional brasileiro é a constante violação de direitos. Os presos não têm perdido somente o direito à liberdade, mas também a dignidade. Políticas de serviços mais humanizados nas prisões estiveram permeadas por contradições. Foi apenas no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), que o pesquisador Sergio Adorno¹³, identifica que o tema “Direitos Humanos” passa a fazer parte de uma proposta de governo, ganhando visibilidade na mídia e dividindo a opinião pública.

De um lado, os participantes dos movimentos de defesa dos direitos humanos, que estão preocupados com a ampliação da cidadania para a categoria de trabalhadores empobrecidos e com a proteção destes de arbitrariedades e violências cometidas pelo Estado ou sociedade civil, passam a fazer denúncias contra a violência policial, violência nas prisões, etc.

¹² BARATTA, 2002, p.186

¹³ ADORNO, S. Insegurança *versus* direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2), 129-153, out. 1999 (editado em fev. 2000).

De outro lado, aqueles que ocupavam posição privilegiada no interior dos aparelhos do Estado, temendo represálias ou apuração de abusos ocorridos no período ditatorial, conseguiram se utilizar dos sentimentos de insegurança coletiva para defender a intervenção autoritária no controle da ordem pública, buscando conter a “violência do delinquente” com violência policial. Ratificaram esta posição incitando a opinião pública com o discurso de que a política de direitos humanos defende direitos de bandidos enquanto que o trabalhador honesto, o “homem de bem” não tem a proteção do poder público.

A defesa dos direitos humanos nas prisões brasileiras consiste, primeiramente, na fiscalização e regulamentação do espaço físico das unidades penais melhorando as condições de habitabilidade e posteriormente, no sancionar de possíveis ocorrências de abusos físicos praticados no seu interior. No entanto, estas questões só ganham visibilidade quando ocorrem rebeliões no interior das cadeias e penitenciárias.

Portanto, o que temos visto ao analisarmos o contexto histórico da prisão no Brasil são políticas que se restringem à contenção do indivíduo ao invés de propostas referentes às políticas sociais de prevenção.

CAPÍTULO II

ANÁLISE DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRO

2.1 EXPANSÃO DO SISTEMA PRISIONAL

O crescimento da criminalidade urbana na década de 1980 provocou um impacto nas políticas de segurança e justiça que se traduz em pressão para expansão dos serviços de policiamento e de penas mais rígidas. Para confirmar o aumento do Estado penitenciário, ao analisarmos o caso brasileiro, verificamos que, se analisado apenas os últimos dez anos, a população carcerária saltou de 232.755 no ano 2000, para 496.251 em 2010. Isso sem contar que o Brasil ainda apresenta um déficit de vagas de 194.650. O Brasil é hoje um dos países com a maior população carcerária do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos e a China. São aproximadamente 247 pessoas presas para cada 100 mil habitantes.¹⁴

E, a adoção de políticas neoliberais no Brasil a partir da década de 1990, confirmam para o caso do Brasil a constatação feita por Loïc Wacquant nos Estados Unidos e Europa. Ele diz que:

a penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um 'mais Estado policial e penitenciário' o 'menos Estado econômico e social' que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países.¹⁵

Não há como negar que com o advento do capitalismo, das políticas neoliberais que valorizam a mercantilização e o individualismo, da geração de trabalho assalariado precário e mal remunerado e com o desmantelamento da rede de proteção social, a elite econômica exige que as políticas penais se tornem mais rigorosas em favor da “defesa social”, utilizando-as como instrumento de vigilância e controle das “classes perigosas”. Nas palavras do autor:

Se as mesmas pessoas que exigem um Estado mínimo, a fim de ‘liberar’ as ‘forças vivas’ do mercado e de submeter os mais despossuídos ao estímulo

¹⁴ Dados disponíveis em: <http://portal.mj.gov.br> e <http://www.fatoexpresso.com.br/2010/12/02/priso-es-brasil-tem-terceira-maior-populacao-carceraria-do-mundo/>. [acesso dia 18/05/2012].

¹⁵ WACQUANT, 2001, p.7

da competição, não hesitam em erigir um Estado máximo para assegurar a 'segurança' no cotidiano, *é porque a pobreza do Estado social sobre o fundo da desregulamentação suscita e necessita da grandeza do Estado penal*. É porque esse elo casual e funcional entre os dois setores do campo burocrático é tanto mais forte quanto mais completamente o Estado se livra de qualquer responsabilidade econômica e tolera, ao mesmo tempo, um elevado nível de pobreza e uma pronunciada ampliação da escala das desigualdades.¹⁶

Segundo Vasconcelos,

o cárcere atende a uma função em comum a todas as fases de expansão: a função depuradora. Esta consiste em retirar da sociedade os elementos improdutivos, seja porque essa parcela populacional torna ineficiente o sistema produtivo, seja porque ela é o retrato da própria ineficiência desse sistema.¹⁷

A partir dessa afirmação percebemos que o sistema capitalista mantém a desigualdade a níveis insuportáveis, gerando mais desemprego do que emprego, e, para dar prosseguimento à exploração econômica, contém as mazelas sociais segregando a pobreza, encarcerando-a.

Acrescente-se a isso o pensamento de Pastana quando ela discute que “o maior encarceramento não tem, portanto, relação direta com o aumento da criminalidade, mas sim com o aumento dos miseráveis, totalmente excluídos do universo do trabalho.”¹⁸

Nessa mesma perspectiva Wacquant¹⁹ afirma que “o sistema penal contribui diretamente para a regulamentação dos segmentos mais baixos do mercado de trabalho” por três motivos: primeiro pela aceitação, por parte da classe trabalhadora, do “trabalho não regulado”; segundo, “reduz de maneira artificial a taxa de desemprego, subtraindo à força milhões de indivíduos desqualificados da força de trabalho” e terceiro, produz ex-detentos que são a “força de trabalho vulnerável apropriada para suprir a demanda de empregos temporários”.

É plausível afirmar que os estudiosos acima ratificam a afirmação de Marx, ao observar que

o crime retira do mercado de trabalho parte da população supérflua e por isso reduz a concorrência entre os trabalhadores, impede, até certo ponto, a queda do salário abaixo do mínimo, enquanto a luta contra o crime absorve

¹⁶ WACQUANT, 2007, p.48

¹⁷ VASCONCELOS, 2009, p. 353

¹⁸ PASTANA, 2009, p.317

¹⁹ WACQUANT, 2008, p. 11- 12

parte dessa população. O criminoso aparece como uma daquelas 'compensações naturais, que restabelecem um equilíbrio adequado e abre ampla perspectiva de ocupações úteis.²⁰

Esse é um dos aspectos do controle social perverso que visa regular o mercado de trabalho contendo a desregulamentação econômica e social utilizando-se do sistema prisional, como instituição que administra a exclusão social e ajuda a manter a tensão social existente na sociedade. E, conforme o pensamento de Baratta

É na zona mais baixa da escala social que a função seletora do sistema se transforma em função marginalizadora, em que a linha de demarcação entre os estratos mais baixos do proletariado e as zonas de subdesenvolvimento e de marginalização assinala, de fato, um ponto permanentemente crítico, no qual, à ação reguladora do mecanismo geral do mercado de trabalho se acrescenta, em certos casos, a dos mecanismos reguladores e sancionadores do direito. Isto se verifica precisamente na criação e na gestão daquela zona particular de marginalização que é a população criminosa.²¹

2.2 POBREZA VERSUS CRIMINALIDADE

Outro aspecto do entendimento que se tem sobre a temática em pauta é a vinculação feita entre pobreza e criminalidade que perpassava o senso comum e foi fortalecida e “confirmada” pela teoria da escola positivista - lombrosiana. Segundo Thompson (2007) inferimos que o sistema de justiça ao condenar os membros das camadas pobres, que são recolhidos ao cárcere, fornece o material para a pesquisa de campo da criminologia. Logo, os “cientistas” constatarem que a população de classe baixa é maioria, cerca de 95% (noventa e cinco por cento) dos encarcerados, logo, a pobreza se tornou “traço característico da criminalidade”.

A escola de criminologia positivista ao investigar as pessoas encarceradas para inferir o “perfil do criminoso”, do “homem delinvente”, daquele indivíduo considerado diferente dos demais, não tem acesso ao total de pessoas que cometeram alguma violação as leis criminais.

Iniciemos a análise observando que da prática do delito à condenação do autor temos o seguinte caminho a ser percorrido: primeiramente o fato é relatado à

²⁰ MARX *apud* PASTANA, p. 317

²¹ BARATTA, 2002, p172

polícia, depois deve ocorrer um registro formal da ocorrência que possibilitará o encaminhamento da situação para a etapa da investigação. Se o fato for investigado, será gerado um inquérito que deverá ser remetido ao promotor para que efetive a denuncia ao juiz, que por sua vez condenará ou não o acusado. Se for condenado, o juiz deverá expedir um mandado de prisão que deverá ser executado pela polícia. No entanto, em meio a esse longo caminho há uma distância. Denomina-se “cifra negra” da criminalidade à distância (brecha) entre os delitos praticados e a chegada destes delitos ao conhecimento público (registro formal dos acontecimentos).

Esta “cifra negra” desvelou que

a minoria dos indivíduos que infringiu a lei penal são reconhecidos como criminosos pela ordem formal e, mais ainda, que tão-somente uma reduzida minoria dessa minoria se encontra recolhida às penitenciárias [...] só no ultimo passo do caminho – o condenado que efetivamente chega ao cárcere – essa perda se dá, novamente, em quase dois terços (120 mil presos para 300 mil mandados de prisão não cumpridos), fica claro que a população carcerária representa parcela irrelevante quanto ao universo dos criminosos.²²

No entanto, a presunção de que a pobreza é uma característica do delinquente, foi ao encontro do reafirmar do discurso ideológico pretendido pela elite do poder que ao apropriar-se da cientificidade encontrada na escola positivista diz que

todas as pessoas são iguais perante a lei; por conseqüência, a todas são propiciadas oportunidades idênticas na vida; vencem (na visão capitalista, vencer é sinônimo de enriquecer) as dotadas de melhores qualidades (princípio da meritocracia); logo as melhores estão nas classes altas, as piores nas classes inferiores; o crime é algo mau em si, resultado, pois, da ação de pessoas más; daí, nada mais lógico do que concluir que o crime é uma manifestação típica das classes baixas.²³

Paralelamente, Méndez, interpreta o rótulo de criminoso atribuído aos membros das classes baixas como uma estratégia política de abafamento dos não investimentos em políticas de combate a desigualdade social, nas palavras do autor

Os políticos podem dar uma impressão de força e poder de decisão investindo contra o crime e o sistema de justiça criminal sem ter de arcar com problemas intratáveis de injustiça econômica e social; eles transferem

²² THOMPSON, 2007, p. 32

²³ Ibid, p.32

a culpa por alguns males da sociedade para os pobres, ou pelo menos para aquela porção de pobres que pode ser considerada marginal ou perigosa. O apelo é eficiente porque vem em resposta aos medos das elites e das classes médias, enquanto, ao mesmo tempo, intimida aqueles que são afetados pela violência da polícia.²⁴

Acrescente-se a isso a indagação de Coelho (1978) quanto ao motivo de um mesmo comportamento ser considerado crime se cometido pela classe baixa e não penalizado se cometido pela classe média ou alta. Uma das constatações do autor refere-se à falta de capital social e cultural que garante as “imunidades institucionais” destas classes enquanto que aquela é detida pela polícia, processada e condenada.

Quanto a esse respeito à argumentação de Thompson se assemelha ao pensamento de Coelho quando ele diz que

em face de comportamentos absolutamente idênticos, haverá muito maior chance de denúncia do ato perpetrado por quem corresponda ao estereótipo do ‘marginal’ do que das ações cometidas por alguém em quem não se identificam as características típicas de um ‘verdadeiro criminoso’. No último caso, a tendência será perdoar, esquecer ou resolver a questão em outra sede que não a policial.²⁵

Outra constatação feita por Coelho para responder a incriminação das classes “inferiores” remete a construção dos “roteiros típicos” dizendo que

determinados papéis sociais são *roteiros típicos*, que se fazem acompanhar de atribuição, a certas classes de comportamento, da probabilidade de que sejam desempenhadas por tipos particulares de atores sociais. Se essas probabilidades falham (se ocorre a disjunção entre o comportamento típico ou previsto no roteiro, por um lado, e o tipo social que deveria desempenhá-lo por outro), a sociedade dispõe de mecanismos de controle suficientemente eficientes para garantir que tipos sociais particulares desempenhem previsivelmente seus roteiros típicos.²⁶

Em outras palavras, quanto maior for a distância entre os atores na estrutura social, maior a probabilidade haverá de que os atos cometidos por um determinado tipo de sujeito sejam tratados criminalmente. Por exemplo, a polícia, tende a associar de imediato as ações criminosas às classes pobres, aos negros, aos desocupados, sendo esses grupos de pessoas elementos sociais vulneráveis ao encarceramento.

²⁴ MÉNDEZ *apud* BENETTI, 2005, p.38-39

²⁵ THOMPSON, 2007, p. 70

²⁶ COELHO, 2005, p. 285

De forma idêntica Thompson argumenta:

a ideologia convence ser o crime coisa típica das pessoas pobres. Um indivíduo rico, pois, pode chegar a ser considerado por seus pares como desonesto, imoral, imerecedor de confiança, esperto, impiedoso, duro homem de negócios, nunca, contudo, um verdadeiro delinqüente, um bandido, capaz de merecer as atrozes torturas de uma penitenciária.²⁷

A partir desse contexto Coelho frisa que o recurso dos “roteiros típicos” permite que o sistema mantenha a dominação de uma classe sobre outra na medida em que “as leis são formuladas por determinadas classes e não por outras, para determinadas classes e não para outras”²⁸. O que, conseqüentemente, valida a ação do aparelho repressor de selecionar os pobres para o encarceramento, pois

numa sociedade complexa, e hierarquizada, dita as leis a classe que dispõe de poder. E, obviamente, armará a ordem legal de sorte a garantir a permanência das desigualdades existentes, das quais decorrem as vantagens que lhes bafejam os membros, tanto quanto os ônus suportados pelas massas oprimidas. Ou seja: a ordem jurídica, elaboraram-na os grupos predominantes em termos de poder, com o propósito político de assegurar a conservação do *status quo* sócio-econômico.²⁹

Em síntese, é possível dizer que no caso brasileiro, onde o nível de proteção social sempre foi ínfimo, cuja estrutura social é hierarquizada, relação entre dominantes e dominados, a violência sempre esteve presente nas relações sociais. Em função disto, o tratamento penal da pobreza responde aos interesses das elites que defendem medidas puramente repressivas para manter o desmantelamento da rede de proteção social e a preservação do patrimônio privado.

²⁷ THOMPSON, 2007, p. 54

²⁸ COELHO, 2005, p. 287

²⁹ THOMPSON, op. cit., p. 47

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora apresentada teve a pretensão de demonstrar que a prisão tem sua função alterada ao longo da história, apesar de sua finalidade em todas as épocas ser a mesma: punir. Surgiu como forma de encarceramento temporário que garantia a custódia do acusado até a aplicação de penas que atingiam o corpo do homem através de práticas de imposição de dor que iam dos castigos físicos à pena de morte. Com o passar do tempo a prisão passou a ser uma forma de aplicação da pena, vigente até os dias atuais – a pena de privação da liberdade.

O objetivo a ser alcançado com o encarceramento também foi se alterando, de correção, purificação passou para ressocialização e reintegração à sociedade. Apesar disso, a prisão de fato funciona como órgão de punição e contenção que visa

promover a segregação e o isolamento dos sentenciados, mediante um programa deliberado de aumento progressivo da oferta de novas vagas no sistema, política de mão-única porque não acompanhada de outras iniciativas e que não ataca os pontos tradicionais de estrangulamento.³⁰

Outro aspecto considerado foi o sistema capitalista com o advento das políticas neoliberais que favorece o acúmulo financeiro e produz uma massa de excluídos do mercado de trabalho formal cujo único ambiente de absorção considerado é o do sistema prisional. Assim, o sistema prisional torna-se protagonista da neutralização seletiva reduzindo os riscos que o “refúgio social” gera ao sistema.

A retração do Estado na regulamentação econômica e social deixa o “corpo social” desintegrado. E, ainda que esta desregulamentação econômica e social afete todas as classes sociais o olhar punitivo está voltado para pessoas e não para delitos, e ele se destina à população marginalizada, preferencialmente pobres e negros. Sheela faz um alerta sobre a criminalização da categoria “marginal”, o que amplia seu estigma afastando o reconhecimento coletivo da obrigação de suprir suas necessidades básicas. Em suas palavras:

falar em marginais é falar em indivíduos que estão à margem, que estão fora dos direitos, dos benefícios da seguridade, e não falar de criminoso. Ou

³⁰ ADORNO, 1991, p.68

seja, população marginal é aquela constituída pelos que se encontram em situação de desemprego, subemprego e pobreza, privação de bens materiais (e também sociais). Podemos, de acordo com Zaluar (1999), chamar este processo de dicotomização do mundo: dominante e marginal, incluído e excluído. O universo desviante, marginal ou divergente é apresentado como alternativa ao mundo oficial e, como tal, justificado.³¹

Consequentemente, muito embora se reconheça a falência do discurso oficial da ressocialização, reeducação, a sociedade ainda não pensou e não demonstra preocupação em encontrar uma solução para o problema. Pelo contrário, cada vez mais ela espera que o crime seja remediado com a construção de mais penitenciárias sem a preocupação do tratamento ofertado ao preso, sem a preocupação com o retorno do condenado ao convívio social, apenas se pretende excluir, retirar “da vista” os indesejados.

³¹ SHELLA, 2007, p.65-66

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. 1991. Sistema Penitenciário no Brasil: problemas e desafios. *Revista USP*, n. 9, p. 65-78, (mar/abr/mai).
- ADORNO, S. out. 1999 (editado em fev. 2000). Insegurança *versus* direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, n.11(2),p.129-153, (fevereiro).
- BARATTA, A. 2002. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*: introdução à sociologia do direito penal. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan.
- BODÊ, P.; BERLATTO, F. 2011. Segurança Pública - Verbete para o Dicionário Básico de Sociologia – São Paulo: Editora e Distribuidora Global Ltda. (Verbetes de Dicionário – no prelo).
- COELHO, E. C. 2005. *A oficina do diabo* e outros estudos sobre criminalidade. Rio de Janeiro: Record.
- DURKLEIM, E. 2001. As regras do método sociológico. 9 ed. São Paulo: Nacional,1978.
- ELIAS, N. 1994. *O Processo civilizador*, vol. 2. Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MORAES, P. R. B. de. 2003. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. RJ. Tese doutorado em Sociologia. IUPERJ.
- OLIVEIRA, M. O. 2003. *Prisão: um paradoxo social*. 3 ed. revisada. Florianópolis: UFSC.
- PASTANA, D. R. 2009. Estado punitivo e encarceramento em massa: retratos do Brasil atual. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n77, p.313-330, (mar/abr).
- SALLA, F. 1999. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume.
- SHELLA, J. A. F. 2007. *Preso, Prisão e reabilitação*: a visão das assistentes sociais do departamento penitenciário do Estado do Paraná. CTBA. Tese de mestrado em Sociologia. UFPR.

TRIVIÑOS, A. N. S. 1992. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

THOMPSON, A. 2007. *Quem são os criminosos? O Crime e o Criminoso: Entes Políticos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

VASCONCELOS, K. N. 2009. O modelo punitivo carcerário: entre a crise teórico-ideológica e o reafirmar-se político. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 17, n.78, p.349-387, (maio/junho).

WACQUANT, L. 2001. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. 2002. A tempestade global da lei e da ordem: sobre punição e neoliberalismo. *In Ver. Sociol. Política*, v. 20, n. 41, p. 7-20, (fevereiro).

_____. 2007. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]*. 3ed. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Revan.

_____. 2008. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. *Revista Novos Estudos*, n.80, p.9-19, (março).